BANCO DA AMAZÔNIA
Movimentando a Amazônia. E a sua vida.

Ministério da Fazenda

GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

descontinuidade no mercado.

A Política de Liquidez estabelece os critérios de definição dos Índices de Disponibilidade, sendo o monitoramento e a aferição dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos do fluxo de caixa realizados pela Gerência de Riscos.

Devido à posição conservadora adotada pelo Banco quanto à aplicação dos recursos disponíveis e a manutenção da alta liquidez da Instituição, o perfil de liquidez permance estável, sendo a concentração maior em títulos públicos, que representa 75% do total da Carteira TVM, dos quais as LFT's detém maior participação, com 90% do total de aplicações, por serem indexados a Selic e por possuírem baixo risco e alta liquidez no mercado. O Banco também manteve o maior volume em operações compromissadas, com posição doadora de recursos, mantendo o perfil histórico da Instituição.

Os recursos oriundos do FNO, no período de um ano, apresentaram decréscimo no disponível ajustável de aproximadamente 2,90%, cerca de R$ 96 milhões, demonstrando que o Banco teve aumento de liberações de recursos em relação ao volume de ingressos.

b) Gestão do Risco de Crédito

A Política de Risco de Crédito do Banco, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o Banco atua como uma das contrapartes.

Objetivando aplicar os recursos próprios e os recursos administrados em nome de terceiros de maneira eficiente, sejam eles de natureza orçamentária ou não, a gestão de risco de crédito permite a ampliação do volume de operações de crédito do Banco, com probabilidades positivas de retorno dos créditos concedidos, assegurando ou atuando de forma coadjuvante para que haja: melhoria da qualidade de crédito da Instituição; otimização das aplicações de recursos, com definição de melhores *spreads* e qualidade das garantias; minimização do nível de exposição do capital do Banco, e crescimento da margem de segurança de retorno do crédito concedido; aumento da capacidade operacional da Instituição; maior transparência do processo creditício; aumento da agilidade no processo de análise e decisão creditícia.

No modelo interno de avaliação de risco de crédito estão inseridas as diretrizes de gestão desse tipo de risco, cuja finalidade é identificar, mensurar e ponderar a exposição do Banco em suas operações de crédito, permitindo o estabelecimento de *rating* para o tomador e respectivas operações creditícias.

A classificação dos créditos do Banco, atualmente, distribui-se em diferentes níveis de risco (*rating*), levando-se em conta as características e o perfil do tomador de crédito e da operação, qualificando o risco mínimo em nível "AA" e o risco máximo em "H". A política adotada pela Instituição baseia-se em somente realizar operações de crédito com pleiteantes, pessoa física ou jurídica, cujo nível de risco esteja situado entre os *ratings* AA e C, inclusive, dentre os níveis de risco de crédito previstos pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

O Banco da Amazônia é o responsável pela classificação da operação no nível de risco correspondente, sendo efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas, contemplando, além dos critérios já implementados no modelo interno de avaliação, fatores como: I) em relação ao devedor e seus garantidores: situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito; II) em relação à operação: natureza e finalidade do crédito, valor.

Foram adotadas as seguintes ações para qualificar a concessão do crédito, alinhar-se às melhores práticas do mercado bancário e voltar-se com segurança e modernidade à gestão do risco de crédito, em conformidade com a política institucional de gestão do risco de crédito e à vista das diretrizes de Basiléia II e da Resolução nº 3.721/2009:

1. Contratação de empresa especializada em gestão de risco de crédito para desenvolver solução de gestão de risco de crédito para o Banco da Amazônia, focada nos mercados de Varejo e de Atacado. A aquisição inclui implantação, instalação, parametrização, integração, personalização, prestação de suporte técnico, atualização de versão do Sistema; prestação de serviços de consultoria e treinamento e garantia de manutenção do Sistema. A solução já foi lançada em produção, com disponibilidade de acesso para as Gerencias Executivas, estando em fase de consolidação e qualificação de dados do Banco, inclusive de atualizações de versões resultantes de demandas legais do Bacen, com carga histórica prevista de 07 anos, a se iniciar após a automatização da carga de dados (fev/2014).

Foram iniciadas as ações de Gestão de Risco de Crédito, com a utilização dos dados da solução, detalhadas em cronograma de projeto, dentre as quais citamos: o estabelecimento de limites de diversificação por produto (carteira comercial) e setor; disponibilização mensal de relatórios gerenciais; acompanhamento de indicadores de desempenho e outros relacionados ao risco de crédito; etc.

2. Contratação de empresa especializada em Modelagem e Validação de Risco de Crédito com os seguintes objetivos: I) revisar os modelos de avaliação de risco de crédito (remodelagem) que o Banco utiliza para mensuração e gerenciamento de exposições ao risco de crédito e para efeito de atendimento aos termos da Resolução CMN nsº 2.682/1999 e 3.721/2009 e demais regulamentações associadas; II) elaborar modelagens adicionais de avaliação de risco de crédito, compatíveis com as necessidades da nova realidade organizacional e de mercado e o novo modelo de negócios do Banco com a segmentação de clientes; III) redefinir fronteiras de decisão, pontos de corte e limites de exposição ao risco de crédito. A consultoria entregou diagnóstico correspondente à primeira etapa do projeto, assim como os relatórios referentes aos novos modelos por segmento, além da remodelagem das operações de tesouraria e operações estruturadas, apetite a risco, e documentação final consolidando as informações. O projeto teve sua conclusão efetivada em 30 de setembro de 2013.

Os trabalhos realizados pela consultoria e a aquisição de uma nova ferramenta de controle tornarão ainda mais eficiente a gestão do risco de crédito institucional e fortalecerá a respectiva aderência às políticas e às exigências do acordo de Basiléia II e da Resolução CMN nº 3.721/2009, com ganho de conhecimento técnico às equipes internas responsáveis pela modelagem e remodelagem periódicas.

3. Contratação de empresa especializada para implantação de solução de controle de garantias, objetivando consolidar a base de garantias do Banco e oferecer ferramentas automatizadas para o seu gerenciamento, sendo uma única base corporativa de informações da Instituição, controlando a insuficiência ou disponibilidade de garantias, contribuindo para reduzir o risco operacional, bem como instrumento de mitigação de risco de crédito. O projeto encontra-se em desenvolvimento, estando em fase de parametrização e ajustes finais para adequação às peculiaridades dos sistemas de crédito. A previsão para entrada em produção do sistema é março de 2014. Os demais sistemas legados entrarão em processo de desenvolvimento de regras de integração, a partir de agosto de 2014.

c) Gestão de Risco de Mercado

O risco de Mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições, incluindo os riscos das operações sujeitas á variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*), detidas pelo Banco.

A Política de Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, a qual estabelece os limites máximos de exposição por fator de risco, tipo de papel e limite de VaR, além dos critérios utilizados na classificação da carteira de negociação (*trading*), conforme os termos da Circular/Bacen nº 3.354/2007.

O Value at Risk (VaR), que representa o valor máximo de potencial de perda a que fica exposta a Instituição em função de oscilação dos preços dos seus ativos, é calculado diariamente para as diversas carteiras do Banco, em complementação ao modelo de alocação de capital definido pelo Bacen.

Em função da sua posição conservadora em termos de exposição, o Banco da Amazônia mantém alocação de 91,98% do valor de mercado (MtM) da sua carteira indexada à Selic e CDI. O baixo valor em risco é também evidenciado por um VaR de R$2.751 em 2013 (R$3.401 em 2012), o que representa um percentual de 0,05% do valor de mercado do total da carteira.

d) Gestão de Capital

No sentido de aprimorar sua gestão de capital e alinhado as determinações do Conselho Monetário Nacional (Res. CMN nº 9.988/2011), o Banco implantou uma estrutura de gestão de capital inicialmente formada por um projeto corporativo, que tem como responsável perante o Banco Central o Diretor de Controle e Risco.

O projeto envolve diversas áreas do Banco e para isso foi formado um Comitê composto por representantes das áreas com maior participação no contexto de Basiléia III.

O Banco possui políticas, estratégias e ferramentas para identificação e avaliação dos riscos a que está exposto, inclusive aqueles não abrangidos pelo patrimônio de referência exigido (PRE).

e) Índice da Basileia (limite operacional)

O Índice de Basileia foi apurado ainda pelos critérios estabelecidos pelas resoluções CMN nºs 3.444/2007 e 3190/2007, que tratam do cáculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

	2013	2012
PR Nível I	**1.591.523**	**1.898.878**
Capital Social	1.219.669	1.219.669
Reservas de Capital	2.253	2.253
Reserva Legal	92.707	83.582
Reservas Estatutárias	807.164	682.198
Ajuste de avaliação patrimonial	(522.974)	(33.754)
Lucros ou prejuízos acumulados	-	(743)
Ativos Diferidos	-	(19.149)
Ajustes da marcação a mercado	(7.296)	(35.178)
PR Nível II	**33.470**	**64.937**
Reservas de Reavaliação	26.174	29.759
Ajustes da marcação a mercado	7.296	35.178
Patrimônio de Referência - PR	**1.624.993**	**1.963.815**
Parcela de risco de crédito (Pepr)	1.218.624	1.291.368
Parcela de risco de mercado (Pcam/Pjur)	72	89
Parcela de risco operacional (Popr)	78.442	156.558
Patrimônio de Referência Exigido - PRE	**1.297.138**	**1.448.015**
Parcela de risco de mercado (Rban)	**2.568**	**3.284**
Excesso/Insuficiência de PR (PR – PRE – Rban)	**325.287**	**512.516**
Índice da Basileia: (PRx100)/(PRE/0,11)	**13,8%**	**14,9%**

Imprensa Oficial do Estado
Secretaria Especial de Estado de Gestão
GOVERNO DO PARÁ
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE